

V. Carne de Bovino

V.1. Introdução

O sector da carne de bovino na UE representa cerca de 10% do valor da produção agrícola total da UE. Os principais produtores de carne de bovino da UE são a França, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido, que representam cerca de dois terços da produção total da UE. O mercado da carne de bovino tem algumas especificidades que importa salientar.

V.1.1. OCM da carne de bovino

Regime de preços e de intervenção:

Para efeitos de aplicação do regulamento base, designadamente no campo dos preços, são considerados :

Animais da categoria A (machos inteiros com menos de 2 anos) e C (machos castrados) da grelha de classificação de carcaças de bovinos adultos. Só carcaças de classe de conformação U (muito boa) e R (boa).

O conselho fixa, anualmente, para a campanha de comercialização do ano seguinte um **preço de orientação**, que tem a função de preço indicativo, para os bovinos adultos. Este preço é fixado tendo em conta:

- ❑ as perspectivas de desenvolvimento da produção e do consumo de carne bovina;
- ❑ a situação do mercado de leite e dos produtos lácteos;
- ❑ a experiência resultante das campanhas anteriores relativas à carne bovina.

A intervenção é desencadeada quando, numa região de um Estado Membro ou num Estado Membro, se verificarem durante duas semanas consecutivas, as seguintes condições¹:

a) Compras por adjudicação

- ❑ Preço médio comunitário inferior a 84% do preço de intervenção.
- ❑ Preço médio da região ou Estado Membro inferior a 80% do preço de intervenção.

¹ O preço de mercado é calculado a partir dos preços constatados nos mercados representativos para o caso dos bovinos.

b) Compras na rede de segurança

- ❑ Preço médio comunitário inferior a 78% do preço de intervenção;
- ❑ Preço médio da região ou Estado Membro inferior a 60% do preço de intervenção.

Prémios comunitários ou regionais, a nível de produção:

- ❑ *Prémio às vacas lactantes;*
- ❑ *Prémio por vitelos nascidos;*
- ❑ *Prémio variável ao abate.*

Comércio Internacional

As importações desta OCM estão sujeitas a **direitos aduaneiros**. A Comunidade concede para os produtos abrangidos por esta OCM, **restituições à exportação**. Em todos os regimes de trocas da Comunidade, tanto as importações como as exportações são objecto da emissão de **certificados**.

V.1.2. As Principais Alterações Decorrentes da Reforma da PAC em 1992

Nesta OCM, a **reforma de 92**, incidiu nos preços de intervenção, no regime de prémios (ajudas) e nas intervenções. O **preço de intervenção foi reduzido**² em 15%, escalonado por 3 anos. Os **prémios**³ **foram aumentados** e têm os seguintes destinos:

- ❑ *prémio aos bovinos machos;*
- ❑ *prémio às vacas em aleitamento;*
- ❑ *prémio à transformação de vitelos;*
- ❑ *prémio à criação extensiva.*

Esta reforma veio estabelecer novos critérios de produção, incentivo à produção extensiva, à promoção e comercialização de carne de qualidade e à certificação, orientando-se por uma filosofia de produção em qualidade em detrimento da quantidade.

² Durante um período de 3 anos, a partir do início da reforma, poderiam ser aceites para intervenção animais cujas carcaças pesassem entre 150 e 200kg. Foram estabelecidos “plafonds” para a intervenção.

³ O acesso aos prémios é limitado em função da densidade pecuária por superfície forrageira.

V.1.3. Alterações decorrentes dos acordos da OMC

Os compromissos assumidos no âmbito do *Uruguay Round* para o sector da carne de bovino, incidiram sobre os seguintes tópicos:

- ❑ Acesso aos mercados: redução dos direitos em 36%, ao longo de 6 anos;
- ❑ Tarificação, sujeita aos equivalentes tarifários;
- ❑ Acesso mínimo e corrente;
- ❑ Redução do apoio interno aos produtores agrícolas em 20%;
- ❑ Redução das restituições à exportação em valor (36%), e em volume (21%).

Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE)

Em Março de 96, foi dado o alerta pelo Reino Unido duma possível relação entre uma variante da doença de Creutzfeldt-Jacob e o consumo de carne bovina contaminada pela BSE ou “doença das vacas loucas”, como é vulgarmente conhecida. Em consequência da desconfiança instalada nos consumidores, gerou-se uma crise no sector, que levou à tomada de medidas excepcionais. Estas medidas consistiram essencialmente no abate compulsivo de todos os animais de espécie bovina infectados e instituído um regime de identificação e registo de bovinos.

As repercussões deste fenómeno, tiveram maior incidência entre Março de 96 e Agosto do mesmo ano, daí que no presente estudo se refira o período de incidência do fenómeno, a este período.

V.1.4. Alterações da PAC no âmbito da Agenda 2000

No sector da carne de bovino, as **alterações introduzidas no âmbito da agenda 2000**, consistiram em:

- ❑ **substituir o regime de intervenção por um regime de armazenagem privada**, tornando os pagamentos mais alargados e a sua aplicação mais flexível;
- ❑ **preço de intervenção** será objecto de **2 reduções** de 10% em dois anos, em Julho de 2002, sendo substituído por um preço de base para a armazenagem privada, que introduzirá uma terceira redução ao nível do apoio;
- ❑ os **pagamentos directos serão aumentados**⁴ para os bovinos machos e vacas em aleitamento;
- ❑ introdução de um **envelope nacional** para ajudas que será distribuído segundo os critérios de cada Estado Membro.

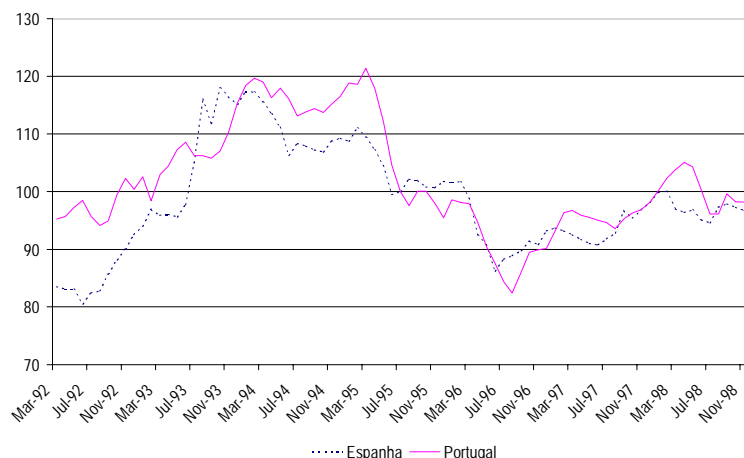
⁴ Os pagamentos directos para os bovinos só serão concedidos relativamente a animais identificados e registados em conformidade com as disposições da legislação da UE; podem ser alterados na sequência da evolução da produção, da produtividade e dos mercados. Será introduzido um novo pagamento directo para as vacas leiteiras.

V.2. Bovinos Adultos

V.2.1. Formação dos preços do bovino adultos no produtor em Portugal: relação com outros países

- *O Mercado Espanhol*

Gráfico V.1. Índice* de preços no produtor de bovino em Portugal e Espanha
(Julho 95 = 100)



* Índice, deflacionado, calculado com base nos preços expressos em pesetas.
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

Portugal e Espanha apresentam uma evolução similar do preço no produtor da carne de bovino (vd. gráfico V.1.), que é comprovada pelo valor da correlação encontrada para todo o período em análise (0.79).

A BSE afectou de igual modo a evolução dos preços nos dois países, sendo a correlação, durante o período de repercussões deste fenómeno nos preços, muito elevada (0.89).

Os resultados obtidos apontam para a **existência de um mercado ibérico para a carne de bovino**.

- *O Mercado Comunitário*

No período imediatamente seguinte à reforma da PAC, o preço do bovino, no produtor, na UE apresentou uma subida (vd. gráfico V.2), devido à retenção de animais nas explorações, com vista ao aumento do efectivo de referência para a concessão de prémios previstos na reforma. Em resultado, ocorre uma diminuição da

oferta, originando assim, a subida dos preços de mercado. Durante o período em estudo, os preços em Portugal apresentam um comportamento similar à evolução dos preços comunitários, excepto, no 2º trimestre de 1993, em que se observou uma descida dos preços devido ao aumento repentino de abates em consequência da seca que se fazia sentir no país.

Gráfico V.2. Índice de preços no produtor de bovino em Portugal e na UE

(Julho 95 = 100)



* Índice, deflacionado, calculado com base nos preços expressos em ecus .

Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

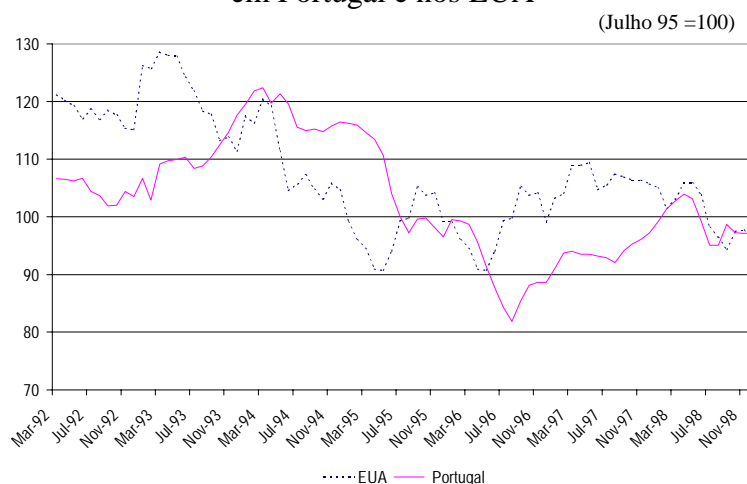
Em Março de 1995, observa-se uma quebra repentina nos preços de mercado, nacionais e comunitários, agravada, a partir de Março de 1996, com o aparecimento da BSE, com um impacto muito negativo na procura⁵. A partir de Agosto de 1996, observa-se uma recuperação dos preços comunitários e nacionais. Os preços comunitários voltaram a descer, em meados de 1998, ainda devido ao fenómeno BSE.

O mercado português da carne de bovino encontra-se integrado no mercado comunitário, apresentando uma correlação para todo o período de 0.89. **As repercussões do fenómeno BSE sobre os preços foram similares em Portugal e na UE**, apresentando durante esse período uma correlação elevada de 0.98. Para o período posterior à implementação da reforma a correlação é de 0.79.

⁵ Comissão Europeia, A Situação da Agricultura na União Europeia – relatório de 1996.

- **O Mercado Mundial**

Gráfico V.3. Índice de preços no produtor de bovino em Portugal e nos EUA



* Índice, deflacionado, calculado com base nos preços expressos em dólares.

Fonte: Eurostat “Prix Agricoles”

Departamento de agricultura dos EUA (USDA) “NASS

Confrontando a evolução dos preços no mercado português e no mercado mundial, não se observa um padrão semelhante (*vd.* gráfico V.3), o que poderá ser confirmado pela análise das correlações. Os **preços de mercado da carne de bovino não se encontram correlacionados com os preços mundiais**, apresentando o indicador um nível de 0.4. A análise sugere que apenas no período pós OMC a correlação terá aumentado para 0.55. Não se afere contudo que o preço do bovino em Portugal esteja correlacionado com os preços mundiais no pós OMC, pois apresentam ainda correlações muito baixas.

Em Resumo:

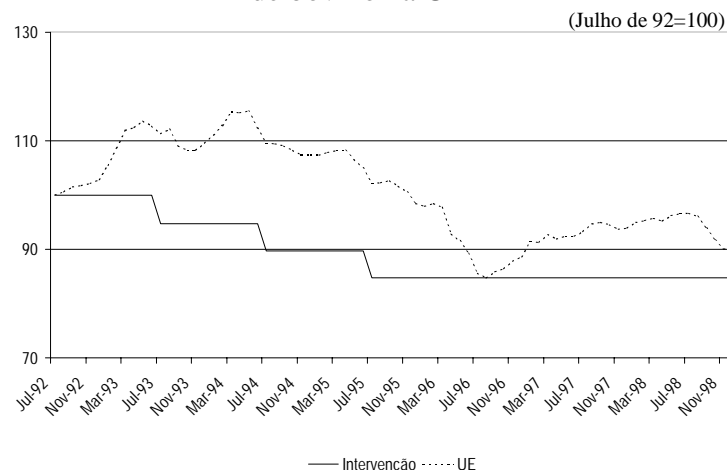
Os resultados apontam para a existência de um mercado Ibérico de bovinos adultos. O mercado nacional da carne de bovino encontra-se integrado no mercado comunitário.

V.2.2. A Reforma de 92 e OMC

No período inicial de implementação da reforma o preço do bovino subiu, como se pode observar no gráfico V.4., o que se pode dever à introdução do *prémio aos bovinos machos*: a introdução de um **prémio aos bovinos machos** pode ter levado à retenção de animais na exploração, com o objectivo de aquisição do prémio, o que

poderá ter provocado um deslocamento da curva da oferta para a direita e uma **subida do preço de mercado**. Se assim for, justifica-se a diminuição do número de abates de bovinos (vd. gráfico V.5.).

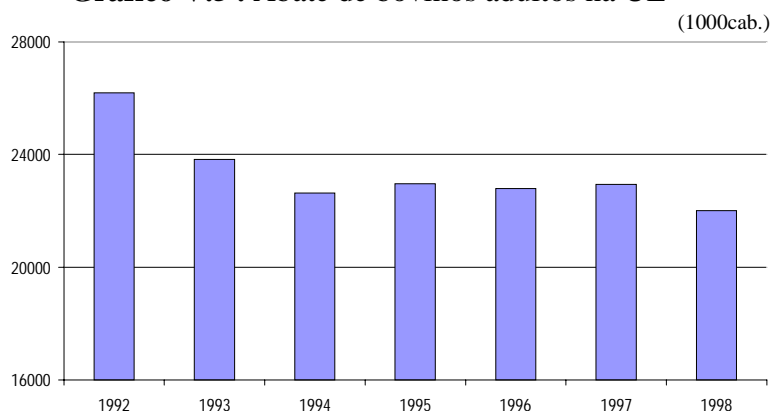
Gráfico V.4. Índice de preços de intervenção e no produtor de bovino na UE



* Índice, deflacionado, calculado com base nos preços expressos em ecus .
Fonte: Eurostat “ Prix Agricoles ”

Analisando a correlação entre o índice de preços na UE e o índice de preços de intervenção para o mercado dos bovinos apenas no período de aplicação da reforma, obtém-se um valor próximo de zero, o que pode indicar que a evolução dos **preços de mercado dos bovinos não está correlacionada com a do preço de intervenção**. Os resultados do teste de *Granger* (vd. caixa pág.34) também indicam a inexistência de uma relação de causa-efeito entre o preço de intervenção e o preço comunitário (Barradas, 2000). Tal não significa que o preço de intervenção não influencia o preço de mercado, mas apenas que não o determina de modo sistemático.

Gráfico V.5 . Abate de bovinos adultos na UE



Fonte: “ A Situação da Agricultura na UE ” – relatório de 1998

No gráfico V.6. pode-se observar a evolução do preço do bovino adulto no produtor e o respectivo preço de intervenção em Portugal.

Gráfico V.6 Índice de preços de Intervenção e no produtor de bovino em Portugal

(Julho de 92=100)



* Índice calculado em escudos.

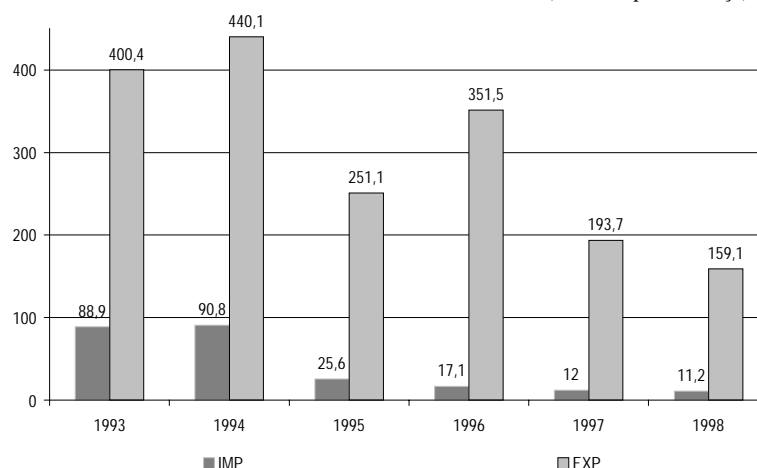
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

"A situação da Agricultura na União Europeia"

Em Portugal, à semelhança do que se observou no preço do vitelo, o preço de intervenção dos bovinos apresenta uma evolução contrária à decidida na reforma⁶ durante o primeiro ano de implementação desta. Neste caso, contudo, é clara a tendência decrescente dos preços a partir da reforma de 1992, tendência esta reforçada a partir de 1995, o que poderá dever-se aos compromissos assumidos nas negociações da OMC e, em 1996, a ocorrência da BSE.

Gráfico V.7. Importações e Exportações de bovinos adultos na UE

(1000 ton peso carcaça)



Fonte: "A Situação da Agricultura na UE" – relatório de 1998

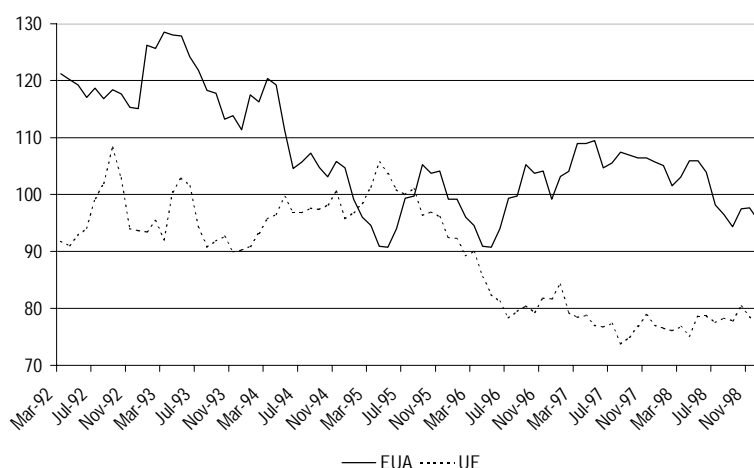
⁶ Em consequência do regime Agromonetário.

O comércio externo de carne de bovino na UE, é claramente direccionado para a exportação, como se pode observar no gráfico V.7. A diminuição do volume de exportações que se observa a partir de 1995, está directamente relacionada com o fenómeno BSE.

A evolução do preço de referência mundial no produtor difere da evolução do preço comunitário (vd. Gráfico V.8.), como se poderá confirmar pela análise das respectivas correlações estatísticas.

Gráfico V.8. Índice de preços no produtor de bovino
na UE e nos EUA

(Julho de 95=100)



Fonte: Eurostat: Prix Agricoles"

Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) "NASS"

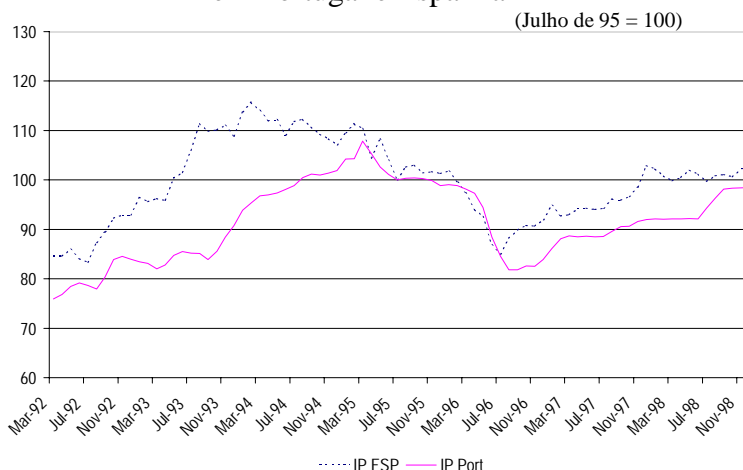
A correlação entre os índices de preços comunitários e mundiais, no período pós OMC assume um valor baixo (0.3). Se tomarmos em consideração o período anterior e o posterior à instituição da OMC, verificamos que o indicador passa de 0.15 para 0.49, o que, embora não significativo, pode indiciar uma alteração na evolução dos preços após a efectivação dos acordos da OMC. Os resultados indiciam que **os mercados em estudo não estão integrados**, esta conclusão foi similar recorrendo ao teste econométrico de *Granger*, no qual se concluiu que não existe uma relação de causa efeito entre os preços nestes mercados (Barradas, 2000).

V.3. O vitelo

V.3.1. Evolução do preço do vitelo no produtor em Portugal - comparação com outros países

- *O Mercado Espanhol*

Gráfico V.9. Índice* de preços no produtor de vitelo em Portugal e Espanha



* Índice, deflacionado, calculado com base nos preços expressos em pesetas.
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

Os preços em Portugal e Espanha para a carne de vitelo apresentam uma evolução quase idêntica, como parece indicar a correlação entre os seus índices 0.71 para o conjunto do período em estudo.

Tendo em conta apenas o período posterior à reforma de 1992, a correlação revela-se forte (0.89), o que pode indicar a existência de **um mercado Ibérico para a carne de vitelo**.

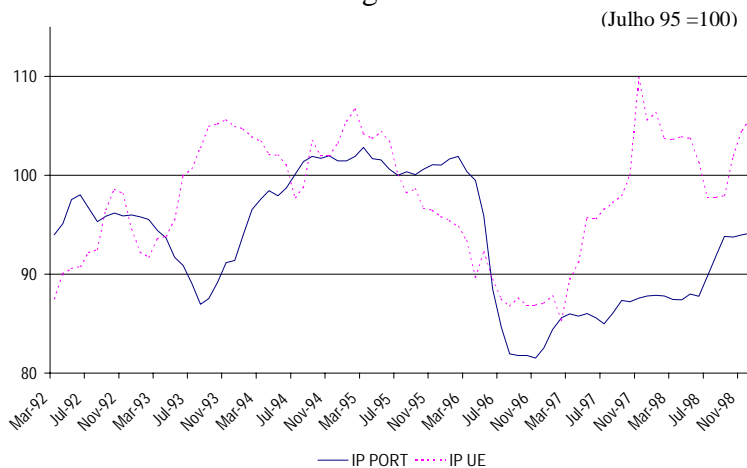
Os preços apresentam uma evolução muito idêntica durante o período de maior ocorrência da BSE, apresentando uma correlação de (0.86).

- *O Mercado Comunitário*

Até Março de 1995, os preços do vitelo na UE e em Portugal, apresentam uma evolução estável e similar, diferindo apenas entre Março de 1993 e Junho de 1994, período em que os preços comunitários subiram, devido à introdução de uma limitação de importação de vitelos, e os preços em Portugal desceram, devido ao abate

de vitelos em resultado da seca. A partir de Março de 1995, observa-se uma descida acentuada dos preços comunitários que não se fez sentir nos preços em Portugal.

Gráfico V.10. Índice de preços no produtor de vitelo em Portugal e na UE



* Índice deflacionado calculado com base nos preços em euros.
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

A Primavera de 1996 ficou marcada pelo fenómeno BSE, com forte repercussão nos preços nacionais, que rapidamente desceram, recuperando seguidamente de forma lenta até finais de 1998.

Os preços comunitários, em queda desde 1995 viram o seu sentido invertido a partir de finais de 1996, reagindo o consumo de carne à recuperação verificada.

Os mercados apresentam baixa correlação durante todo o período em análise, aumentando significativamente a partir da reforma de 1992, para 0.71. Durante o período de repercussão do fenómeno BSE, a correlação é bastante significativa (0.86).

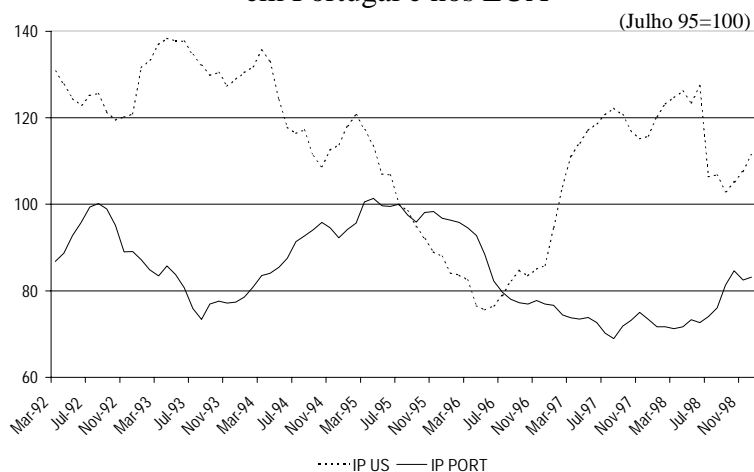
Estes resultados indiciam um aumento de integração do mercado nacional no mercado comunitário, depois da Reforma da PAC de 92.

- ***O Mercado Mundial***

A correlação entre os índices de preços (com base nos preços expressos em dólares), para todo é baixa (0.19). Focando apenas o período pós OMC, verifica-se um

incremento no indicador para 0.47. O mercado nacional não está integrado no mercado mundial.

Gráfico V.11. Índice de preços no produtor de vitelo em Portugal e nos EUA



* Índice deflacionado calculado com base nos preços expressos em dólares.

Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

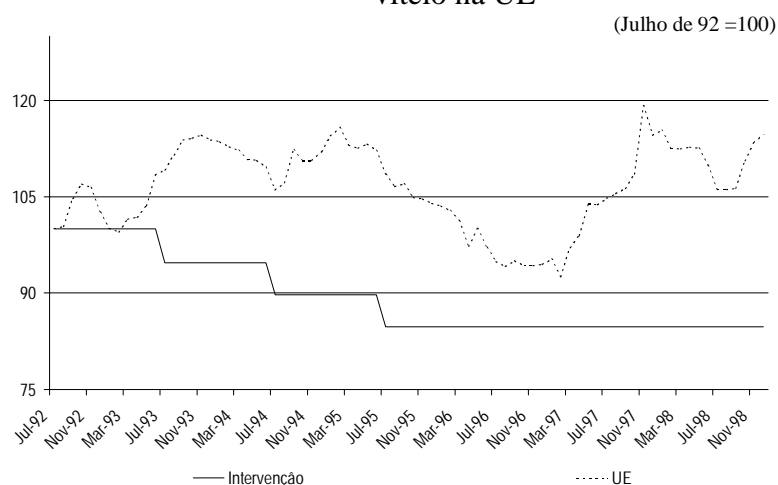
Departamento de agricultura EUA (USDA) "NASS"

Em resumo:

O mercado nacional do vitelo está integrado com o mercado espanhol e a partir de reforma de 92, com o mercado comunitário. Os preços nacionais não seguem a evolução do mercado mundial.

V.3.2. Reforma de 1992 e OMC

Gráfico V.12. Índice de preços de intervenção e no produtor de vitelo na UE



* Índice deflacionado calculado com base nos preços expressos em ecus .

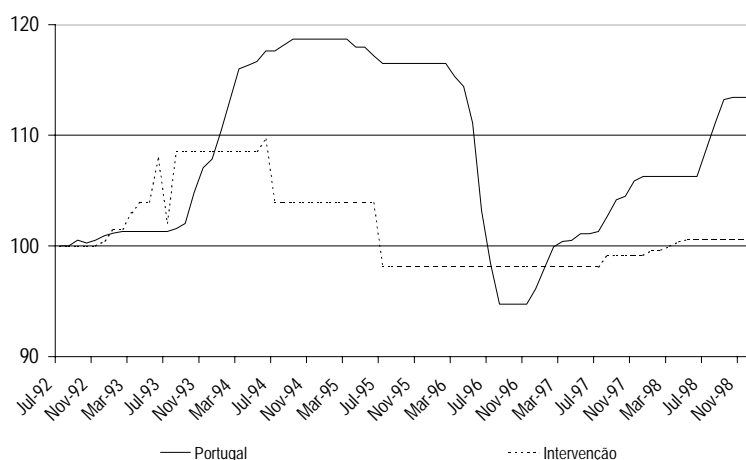
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

A evolução entre o preço de mercado, ao nível da produção, do vitelo na UE e o respectivo preço de intervenção, é descrita pelo gráfico V.12., no qual se pode observar que quando ocorre a primeira descida do preço de intervenção, ocorre uma descida do preço de mercado. Na campanha de 1994, são suspensas as compras públicas de vitelos e assiste-se a uma subida de preços. A partir de 1995, os dados apontam para uma tendência decrescente que é acentuada com o aparecimento da BSE em 96.

O coeficiente de correlação para o período de actuação da reforma, é de 0.66. Embora não seja conclusivo, permite constatar a **relação ténue** que existe **entre o preço de intervenção e o preço de mercado, ao nível da produção, na UE**. Recorrendo a um teste econométrico (teste da Causalidade de *Granger*), concluiu-se que não existe uma relação de causa-efeito do preço de intervenção no preço no produtor de vitelo comunitário (Barradas, 2000).

Pela análise do gráfico V.13., observa-se que em Portugal, mesmo antes da primeira descida do preço de intervenção decretada pela reforma em Julho de 93, o preço de intervenção, apresentou oscilações⁷. A política de redução do preço de intervenção em Portugal só funcionou a partir do segundo ano de reforma, mas a concessão de prémios foi iniciada logo no seu primeiro ano.

Gráfico V.13. Índice de preços de Intervenção e no produtor de vitelo em Portugal
(Julho de 92 = 100)



* Índice deflacionado calculado com base nos preços expressos em ecus .
Fonte: Eurostat "Prix Agricoles"

⁷ Deve-se ao uso de taxas verdes (Regime Agromonetário).

O preço do vitelo no produtor subiu no primeiro ano de implementação da reforma, para depois estabilizar até ao aparecimento da BSE. Não parece existir uma relação directa e proporcional entre este e o respectivo preço de intervenção, uma vez que na análise dos coeficientes de correlação obtêm-se resultados muito baixos para qualquer dos períodos em estudo (0.26 durante o período da reforma e 0.13 para todo o conjunto do período). Estes resultados parecem indicar que **a reforma de 92 não teve as repercussões esperadas nos preços da carne de vitelo em Portugal.**

Gráfico V.14. Índice de preços no produtor de vitelo da UE e nos EUA
(Julho 95=100)



Fonte: Eurostat “Prix Agricoles”
Departamento de Agricultura EUA (USDA) “NASS”

A observação do gráfico V.14., não permite identificar uma evolução similar entre os índices de preços da UE e dos EUA, o que poderá ser confirmado pelo grau de correlação praticamente nula. Os resultados apontam para a não integração do **mercado comunitário do vitelo no mercado mundial.**

V.4 Conclusão

O preço do bovino e do vitelo desceram a partir da fase de implementação da reforma, não sendo esta descida directamente atribuída à descida do preço de intervenção. De facto, intervieram diversos factores exógenos à política, nomeadamente o fenómeno BSE do lado da procura, pelo que as conclusões devem ser ponderadas.

É necessário ter em conta que a existência de compras por parte da intervenção, pressupõe a verificação de um conjunto de critérios⁸ relativos aos bovinos. Adicionalmente, os preços estudados são médias nacionais de todo o tipo de carne, pelo que é incorrecto o estabelecimento de uma ligação directa entre o preço de intervenção e o preço de mercado.

O aumento dos prémios terão criado expectativas nos agricultores, conduzindo, por vezes, a resultados diferentes dos objectivos da reforma, como é o caso da subida do preço do bovino no primeiro ano de implementação da reforma devido à retenção de animais na exploração para obtenção do prémio aos bovinos machos. Neste sentido, os prémios ou ajudas são a causa de alterações no padrão evolutivo dos preços, e não devido a alterações nos preços. Ou seja **os prémios podem ser uma causa de alterações nos preços de mercado**

Embora a análise efectuada não permita tirar ilações conclusivas sobre o efeito dos acordos da OMC na formação do preço da carne de bovino, ou da integração do mercado comunitário no mercado mundial, possibilita a **observação de uma tendência decrescente dos preços a partir de 1995**. Ainda que acentuada pelo fenómeno da BSE⁹, podendo mesmo constituir um indício do efeito do aumento de liberalização do mercado decorrente dos acordos da OMC.

⁸ Ver OCM da carne de bovino.

⁹ Existe uma alteração de estrutura, segundo a metodologia de Box-Jenkins, em ambos os mercados em 1996 (Barradas, 2000)

VI. Conclusão

Os instrumentos utilizados pela política agrícola da União Europeia, nomeadamente o preço de intervenção, os direitos de importação e as ajudas, para além de assegurarem a protecção do mercado comunitário e uma parte do rendimento dos agricultores, influenciam, também, a formação do preço de mercado comunitário, outra componente do rendimento dos agricultores.

Algumas ajudas (no âmbito da reforma da PAC de 1992 e do regime agromonetário) foram criadas com o objectivo de compensar os agricultores de eventuais descidas dos preços de mercado causadas por descidas dos preços de intervenção. Alguns documentos questionaram os montantes aí implícitos, que dariam origem a sobrecompensações (*Relatório Especial nº2/99 do Tribunal de Contas sobre a incidência da Reforma da PAC no sector dos cereais e Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Regime Agromonetário do Mercado Único, 1999*).

Este trabalho teve como objectivo estudar as relações entre alguns instrumentos de política (preço de intervenção, ajudas e direitos de importação) e os preços de mercado no produtor. Concluiu-se que uma **alteração idêntica dos instrumentos** pode ter **repercussões diferentes no preço de mercado** (vd. cap.III). Estas resultam, nomeadamente, do nível concreto do preço mundial, do preço de equilíbrio do mercado comunitário e das expectativas dos agricultores.

Na prática, efectivamente, constataram-se situações diversas.

No início do período de reforma da PAC, em 1992, a União Europeia presenciava uma situação de acumulação de excedentes e preparavam-se as negociações do GATT que dariam origem à criação da OMC, em 1995, pelo que, a descida do preço comunitário, nomeadamente dos cereais e dos bovinos, era um factor essencial. Foram, então, tomadas medidas políticas com vista à descida dos apoios implícitos no preço de mercado, nas quais a descida do preço de intervenção foi o instrumento central. Em simultâneo, de modo a manter o rendimento dos agricultores, foram criadas ajudas (no caso dos cereais) e aumentados os prémios (no caso dos bovinos),

no pressuposto de que a descida do preço de intervenção se reflectiria proporcionalmente no preço de mercado.

Contudo, a **evolução do preço de mercado foi diferente nos sectores em análise**. No dos cereais, para os dois casos estudados (trigo mole e milho), a descida do preço de mercado que ocorreu imediatamente a seguir à primeira descida do preço de intervenção, ter-se-á dado devido à **relação que existia entre o preço de intervenção e o preço de equilíbrio no mercado comunitário**. O preço de intervenção, em 1992, era superior ao preço de equilíbrio (o preço de mercado era assim ditado pelo preço de intervenção, como se observou no cap.III). Com a descida do preço de intervenção enunciada na reforma da PAC, este terá ficado a um nível inferior relativamente ao nível do preço de equilíbrio e, assim, o preço de mercado terá passado a formar-se segundo a interacção entre a oferta e a procura. Daqui resultou uma descida proporcionalmente menor do preço de mercado relativamente à descida do preço de intervenção.

No mercado dos bovinos não se verificou uma relação directa entre o preço de intervenção e a formação do preço de mercado contudo, **a natureza dos prémios**, existentes na respectiva OCM, terá sido um factor com impacto na formação do preço de mercado, na medida em que terá criado expectativas nos agricultores levando por vezes, a alterações do seu comportamento e, consequentemente, do preço de mercado.

Na reforma da PAC realizada no âmbito da Agenda 2000, actualmente em execução, decidiu-se, à semelhança da reforma de 1992, a descida do preço de intervenção acompanhado por um aumento das ajudas ao agricultor, cujo cálculo se baseia na hipótese que a descida do preço de intervenção reflectir-se-á numa descida proporcionalmente menor do preço de mercado. As progressivas descidas que tiveram lugar em virtude da reforma de 1992, e as descidas anunciadas pela nova reforma, poderão colocar o preço de intervenção a um nível inferior ao do preço de equilíbrio. Sendo assim, o preço de mercado tenderá a formar-se segundo a interacção entre a oferta e a procura do mercado comunitário e o preço de intervenção passará a servir como “rede” de segurança para o preço de mercado, deixando de ter um papel activo na sua formação.

Este estudo abordou, também, a **integração de Portugal nos mercados comunitários**, concluindo-se que, devido ao facto de os preços nacionais seguirem um padrão idêntico ao da Comunidade, pelo que, é possível alargar ao caso português as conclusões apresentadas para o conjunto da Comunidade.

Abordaram-se ainda as implicações que os acordos da OMC têm na formação do preço no produtor ao nível do mercado comunitário. A criação da **OMC** em 1995, e os acordos daí resultantes, principalmente no que respeita ao novo método de cálculo do preço das importações comunitárias (tomando em conta os equivalentes tarifários), **aumentou a relação entre o preço mundial e a formação do preço do mercado comunitário**, uma vez que os direitos de importação deixaram de ser exclusivamente controlados pelos decisores políticos, adquirindo alguma correlação com o preço mundial.

Como resultado das negociações da OMC que se avizinham, a UE poderá ter que diminuir o grau de apoio à agricultura, nomeadamente o que é concedido sob a forma de restituições à exportação e de protecção ao mercado comunitário. Consequentemente, a formação do preço de mercado comunitário dependerá cada vez mais do nível de preços mundial.

Referências Bibliográficas

Barradas, S. (2000). *Instrumentos de Política Agrícola e Formação do Preço no Produtor: Recurso à metodologia de Box Jenkins e ao teste de causalidade de Granger*, GPPAA, Lisboa.

Buckwell, A. (1991). The CAP and World Trade, in: *The Common Agriculture and Policy and the World Economy* edited by C. Ritson & D. Marvey CAB Internacional.

Comissão Europeia, *A situação da agricultura na União Europeia* – relatórios de 1992-1998.

Comissão Europeia (1998). *Rapport de la Commission au Conseil au Parlement Europeen sur le Regime du Marche Unique*, Bruxelas.

Comissão Europeia – Direcção Geral de Agricultura (1999). *Agenda 2000. Que futuro para a agricultura europeia?*, Bruxelas.

Confederação dos Agricultores de Portugal (1998). *Agenda 2000: Acordo para o Sector Agrícola* (resumo), Lisboa.

Conselho da União Europeia (1999). *A incidência da Reforma da PAC no sector dos cereais*, relatório especial nº2/99.

Fernandes, Maria Oliveira (1995). *A Organização Mundial do Comércio e os Acordos para o Sector Agrícola*, Ministério da Agricultura, Lisboa.

GPPAA (1999). *Panorama Agricultura 1998*, Lisboa.

Lambeck, Ana Luísa (1996). *Cereais – estudo do sector*, direcção de crédito à agricultura e pescas, CGD.

Machado, L. (1999). Sub-Sector das Carnes, in: *Diagnóstico do complexo de produção Agro-Alimentar e Florestal* (não publicado), GPPAA.

Marques, Carlos Robalo (1998). *Modelos Dinâmicos, Raízes Unitárias e Cointegração*, Edinova – Edições da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Murteira, Bento J. F., Muller, Daniel A., Turkman, K.Feridun (1993). *Análise de Sucessões Cronológicas*, McGraw-Hill.

Wei, William W. (1990). *Time Series Analyses – Univariate and Multivariate Methods*, Addison Wesley

Winters, L. Alan (1991). *International Economics*, HarperCollins Academic, London

Rainelli, M. (1998). *A Organização Mundial do Comércio*, Terramar, Lisboa.

Ritson, C. (1988). Methods of Agricultural Support, in: *Agricultural Economics Principles and Policy*, BSP Professional Books, Student Edition.

Timmer, C. Peter, *Getting Prices Right*, Cornell.

Varela, J. A. Santos(1987). *A Política Agrícola Comum e a Agricultura: A Política de Preços e de Mercados*, publicações Dom Quixote, Lisboa.